

A agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar em municípios da região centro-oeste

Patrícia Rafaela Mendonça Martins

Nutricionista pela UFGD. Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pelo PPGANS/UFGD. Atuou como Nutricionista do PNAE na Prefeitura Municipal de Itaquiraí-MS e como Nutricionista na Vetorial, atuando na gestão das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). Atua como nutricionista na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Corumbá-MS.

✉ patriciarafaela_m@hotmail.com

Maria Tainara Soares Carneiro

Nutricionista pela UFGD. Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pelo PPGANS/UFGD. Atuou como Nutricionista do PNAE na Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna-MS. Trabalha como Gestora Sócio Organizacional Rural na Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

Rita de Cássia Bertolo Martins

Nutricionista pela PUC/Campinas. Mestre em Enfermagem em Saúde Pública pela USP/Ribeirão Preto e Doutora em Alimentos e Nutrição pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP/Araraquara. Atua como Professora adjunta da Faculdade de Ciências da Saúde da UFGD.

Verônica Gronau Luz

Nutricionista pela PUC/Campinas. Mestre e Doutora em Saúde Coletiva, pela UNICAMP. Atua como Professora adjunta da Faculdade de Ciências da Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UFGD.

Ricardo Fernandes

Nutricionista pela UFSC. Mestre e doutor em Nutrição pela UFSC. Atua como Professor Adjunto na Faculdade de Ciências da Saúde/UFGD e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (PPGANS-UFGD).

Naiara Ferraz Moreira

Nutricionista e Mestre em Biociências pela Faculdade de Nutrição da UFMT. Doutora em Ciências Nutricionais pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ. Professora adjunta da Faculdade de Ciências da Saúde da UFGD e docente permanente do PPGANS/UFGD.

Recebido em 29 de outubro de 2024

Aceito em 23 de setembro de 2025

Resumo:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) reflete no rendimento escolar, no cuidado com os alunos que frequentam a rede pública de ensino e é referência mundial devido a sua atuação na promoção do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. Em consonância, a agricultura familiar no contexto da alimentação escolar vem ganhando espaço nas pesquisas científicas por sua relevância, impulsionada pelo arcabouço teórico e legislativo que tem proporcionado sua expansão neste contexto. Com isso, o objetivo do estudo foi identificar o percentual de cumprimento do mínimo estabelecido para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (AF) para o PNAE e sua associação com características da gestão e aquisição segundo estados e tipologia dos municípios da região Centro-Oeste (CO) do país. Pesquisa transversal, por meio de um questionário online enviado para nutricionistas responsáveis técnicos e/ou quadro técnico do PNAE de municípios dos estados do CO. Para isso, foi realizado cálculo amostral de acordo com a tipologia rural-urbano. Os resultados foram analisados por meio do software estatístico SPSS versão 22. A associação entre as variáveis categóricas foi avaliada pelo teste qui-quadrado e quando contínuas, pelo ANOVA. Em 2019, 54,8% dos municípios compraram no mínimo 30% de produtos da AF e o percentual médio de compra foi de 33,1%, sem diferença por estado ou tipologia. A AF foi incluída no PNAE em muitos municípios, no entanto, ainda não atingiu toda a sua potencialidade. Estes resultados demonstram que, mesmo com a exigência presente na Lei nº 11.947/2009, apenas metade cumpria a obrigatoriedade mínima.

Palavras-chave: Alimentação escolar, Agricultura, Segurança alimentar e nutricional, Programas e políticas de nutrição e alimentação, Nutricionistas.

Family farming in the national school feeding program in municipalities in the midwest region

Abstract:

The National School Feeding Program (PNAE) reflects on academic performance, on the care for students who attend the public school system and is a global reference due to its work in promoting the Human Right to Adequate Food and Nutrition. Accordingly, family farming in the context of school feeding has been gaining ground in scientific research due to its relevance, driven by the theoretical and legislative framework that has enabled its expansion in this context. Thus, the objective of the study was to identify the percentage of compliance with the minimum established for the acquisition of food products from family farming (AF) for the PNAE and its association with management and acquisition characteristics according to states and typology of municipalities in the Central-West (CO) region of the country. Cross-sectional research, through an online questionnaire sent to nutritionists responsible for technical matters and/or technical staff of the PNAE of municipalities in the states of the CO. For this, a sample calculation was performed according to the rural-urban typology. The results were analyzed using the statistical software SPSS version 22. The association between categorical variables was assessed by the chi-square test and, when continuous, by ANOVA. In 2019, 54.8% of the municipalities purchased at least 30% of AF products and the average purchase percentage was 33.1%, with no difference by state or typology. AF was included in the PNAE in many municipalities, however, it has not yet reached its full potential. These results demonstrate that, even with the requirement present in Law No. 11,947/2009, only half complied with the minimum obligation.

Keywords: School feeding, Agriculture, Food and nutrition security, Nutrition Programs and Policies, Nutritionists.

La agricultura familiar en el programa nacional de alimentación escolar en municipios de la región centro-oeste

Resumen:

El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) reflexiona sobre el desempeño escolar, la atención a los estudiantes que asisten a la red pública de educación y es referente mundial por su trabajo en la promoción del Derecho Humano a una Alimentación y Nutrición Adecuadas. En este sentido, la agricultura familiar en el contexto de la alimentación escolar ha ido ganando terreno en la investigación científica por su relevancia, impulsada por el marco teórico y legislativo que ha previsto su expansión en este contexto. Por tanto, el objetivo del estudio fue identificar el porcentaje de cumplimiento del mínimo establecido para la adquisición de alimentos de la agricultura familiar (AF) para el PNAE y su asociación con las características de gestión y adquisición según entidades federativas y tipología de municipios del Centro. -Región Occidente (CO) del país. Investigación transversal, mediante cuestionario en línea enviado a responsables técnicos nutricionistas y/o personal técnico del PNAE en municipios de los estados de CO. Para ello se realizó un cálculo muestral según la tipología rural-urbana. Los resultados fueron analizados mediante el software estadístico SPSS versión 22. La asociación entre variables categóricas fue evaluada mediante la prueba de chi-cuadrado y, cuando fue continua, mediante ANOVA. En 2019, el 54,8% de los municipios compró al menos el 30% de productos AF y el porcentaje promedio de compra fue del 33,1%, sin diferencia por entidad federativa o tipo. La AF fue incluida en el PNAE en muchos municipios, sin embargo, aún no ha alcanzado su máximo potencial. Estos resultados demuestran que, incluso con el requisito presente en la Ley nº 11.947/2009, sólo la mitad cumplió con el requisito mínimo.

Palabras clave: Alimentación escolar, Agricultura, Seguridad alimentaria y nutricional, Programas y políticas de nutrición y alimentación, Nutricionistas.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é amplamente reconhecido como uma referência global na promoção do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Sua implementação tem impacto direto na melhoria da concentração, no desempenho escolar e no desenvolvimento infantil, além de contribuir para a promoção da saúde e para a formação de hábitos alimentares saudáveis que perduram ao longo da vida (BRASIL, 2017; PEDRAZA et al., 2018; MACHADO et al., 2018).

Para o funcionamento do PNAE nos municípios, estados e Distrito Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) transfere recursos financeiros, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios para as Entidades Executoras (EEx). O valor recebido deve ser utilizado de acordo com o proposto pela Resolução nº 06/2020/FNDE e investido no máximo 70% dos recursos recebidos na compra de produtos por processo licitatório e, no mínimo, 30% em alimentos oriundos da agricultura familiar, por meio de chamada pública (BRASIL, 2020).

A obrigatoriedade em utilizar, no mínimo, 30% dos recursos federais em produtos da agricultura familiar foi determinada pela Lei nº 11.947/2009 para promover a ampliação da compra desses alimentos (BRASIL, 2009). A valorização do pequeno agricultor assegura o escoamento de sua produção e impulsiona a economia local. Além disso, amplia a oferta de alimentos in natura e minimamente processados para a alimentação escolar, respeitando a sazonalidade e as tradições culturais de cada região. Essa abordagem fortalece os hábitos alimentares regionais e promove a educação alimentar e nutricional entre os estudantes alunos (PARIZOTTO; BREITENBACH, 2021). Toda essa dinâmica favorece a construção de uma teia de relações entre a comunidade escolar e a sociedade, incluindo o diálogo sobre inclusão social, equidade de gênero e valorização da produção agroecológica e orgânica (SCHABARUM; PLEIN; BASSO, 2022; SCHWARTZMAN et al., 2017).

Para a execução do PNAE, compete ao nutricionista exercer as atribuições obrigatórias e complementares definidas pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) por meio da Resolução nº 465/2010, até 2024 (CFN, 2010), que incluía: interagir com os agricultores familiares e empreendedores; participar do processo licitatório e da compra direta da agricultura familiar. Porém, por meio da Resolução nº 788/2024 (CFN, 2024), as atribuições obrigatórias do nutricionista foram atualizadas, mas a interação com os agricultores foi mantida. Para isso,

ambas Resoluções, determinam como deve ser a composição do quadro técnico (QT) desses profissionais responsáveis para que a execução de todas as atividades seja efetiva. As entidades executoras (EEx) devem ter um nutricionista responsável técnico (RT) e outros nutricionistas compondo o QT, conforme o número de alunos matriculados nas modalidades de ensino (CFN, 2010; CFN, 2024).

O nutricionista tem atribuição fundamental em garantir uma alimentação de qualidade aos escolares e incluir os agricultores familiares no planejamento e execução do programa. Porém, a inadequação no quadro técnico desses profissionais, dentro da EEx, afeta diversas atividades que contribuem para a efetivação do PNAE, assim como a falta de fiscalização da atuação do nutricionista no cumprimento de suas atribuições e do comprometimento da gestão dos municípios quanto à importância do trabalho deste profissional (LEÃO *et al.*, 2021).

Diante do exposto, há necessidade de estudos sobre essa temática, com foco na região Centro-Oeste do Brasil, que é marcada pelo crescimento do agronegócio e redução de produções familiares (SARAIVA, 2013). Assim, este estudo teve como objetivo identificar o percentual de cumprimento do mínimo estabelecido para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelo PNAE, analisando sua associação com características de gestão e aquisição em diferentes Unidades Federativas (UF) e tipos de municípios da região Centro-Oeste.

MÉTODOS

Amostra e Amostragem

Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal desenvolvida por meio eletrônico, através de um questionário online no *Google Forms*. A população do estudo foi constituída por nutricionistas RTs e/ou QT do PNAE dos municípios que fazem parte dos estados da região Centro-Oeste (CO), sendo Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT) e Goiás (GO); apenas o Distrito Federal (DF) não fez parte da amostra, uma vez que este não possui municípios (é considerado como um único ente pela Constituição brasileira) (BRASIL, 1988) e por apresentar

estrutura do PNAE, no que tange a organização e operacionalização, diferente dos demais municípios brasileiros.

O método de amostragem adotado foi o da amostra aleatória estratificada para estimar proporções. Dessa forma, o universo amostral foi dividido em partes, de forma que cada parte do universo tenha representatividade na amostra. Com isso, foi possível identificar o cenário do cumprimento na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no PNAE em nível estadual e regional.

No período entre a década de 1980 e início dos anos 1990, pesquisadores e organizações passaram a discutir os processos de desenvolvimento rural e o modelo de modernização da agricultura, principalmente na questão das desigualdades sociais entre o campo e a cidade e o impacto ao meio ambiente (TASCA; DEGGERONE; PARIS, 2020). A modernização tem causado mudanças nas estruturas produtivas agropecuárias e isso leva à redução nas atividades agropecuárias das diferentes formas de ocupação e redução do número de famílias produtoras que trabalham por conta própria (BALSADI *et al.*, 2019; NASCIMENTO; AQUINO; DELGROSSI, 2022).

A delimitação de zonas rurais e urbanas foram associadas, no Brasil, por meio do Decreto Lei nº 311/1938, porém as características territoriais e sociais dos municípios nem sempre são consideradas na determinação dos limites entre as zonas e sim, questões fiscais, e sabe-se que as transformações econômicas e sociais alteram a configuração territorial. Assim, as legislações não conseguem acompanhar o processo de distribuição dessas áreas que permitiria a coesão territorial, redução das desigualdades e maior desenvolvimento rural através da criação de instrumentos específicos para cada realidade (IBGE, 2017a).

Com isso, o IBGE propôs-se a definir uma metodologia para classificar a tipologia rural-urbano, pressupondo critérios relacionados à população total, proporção e localização em áreas de ocupação densa, não se restringindo à divisão política. Pondera-se que as divisões entre rural e urbano são relevantes para a criação de políticas públicas e gestão territorial considerando as particularidades dessas categorias (IBGE, 2017a).

Portanto, dentro de cada UF, houve subdivisão da amostra em estratos, de acordo com a tipologia rural-urbano (IBGE, 2017a). A adoção desta tipologia foi importante para orientar a condução da gestão territorial e a tomada de decisões em políticas que tenham o município

como sua escala de operacionalização. No cálculo para definição do tamanho da amostra foi adotado um erro de 5% e um nível de confiança de 95%. A seleção dos municípios foi feita de forma aleatória, com probabilidade de seleção igual entre os municípios e sem reposição. É importante destacar que para cada município selecionado, houve um nutricionista respondente.

Ao final, a distribuição da amostra por UF e em cada estrato da tipologia rural-urbano foi a seguinte:

Quadro 1 - Distribuição da amostra do estudo por Unidade Federativa e por estratos.

Unidade Federativa	Tipologia rural-urbano	Universo de municípios	Amostra de municípios
Goiás*	Urbano	70	25
	Intermediário adjacente	32	11
	Intermediário remoto	2	1
	Rural adjacente	142	51
	TOTAL	246	88
Mato Grosso	Urbano	29	9
	Intermediário adjacente	8	3
	Intermediário remoto	12	4
	Rural adjacente	29	9
	Rural remoto	63	18
	TOTAL	141	43
Mato Grosso do Sul	Urbano	27	5
	Intermediário adjacente	8	2
	Intermediário remoto	2	1
	Rural adjacente	30	6
	Rural remoto	12	3
	TOTAL	79	17
TOTAL GERAL		466	148

*Não

havia municípios classificados na tipologia rural-remoto.

Fonte: Autoras.

Em relação às capitais e aos municípios com mais de 100 mil habitantes, todos foram incluídos na amostra por sua relevância, pois apresentam liderança estratégica dentro do contexto estadual e regional, caracterizado pelo movimento de indivíduos para estes municípios em busca de trabalho e estudo, principalmente. Os demais municípios foram sorteados por meio de um sítio eletrônico específico para esse fim (<https://randomizer.org>), com seleção aleatória dentro de cada estrato da tipologia rural-urbano e sem a influência dos pesquisadores.

Coleta de Dados

Para serem incluídos no estudo, foram considerados elegíveis os nutricionistas atuantes no PNAE como RT ou membros do QT que, após leitura e aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordaram em participar e responderam ao questionário enviado via *Google Forms*. Foram realizadas até quatro tentativas de envio do formulário online, com intervalos de 15 dias entre cada envio. Adicionalmente, foram feitas duas tentativas de contato telefônico para reforçar a importância da pesquisa e incentivar a participação dos profissionais. Caso o nutricionista ainda não tivesse respondido, um novo município da mesma tipologia foi selecionado aleatoriamente para substituição, assegurando a representatividade da amostra. Foram consideradas como perdas ou recusas os casos em que o questionário não foi corretamente preenchido, respostas incompletas, ausência de retorno após todas as tentativas de contato, ou recusa explícita em participar do estudo.

A coleta de dados aconteceu entre maio de 2021 e fevereiro de 2022, com a obtenção dos telefones e e-mails de todos os nutricionistas RT e/ou QT do PNAE por meio de sites oficiais de prefeituras municipais e grupos de aplicativos de celular com representantes de municípios dos estados da região CO. O questionário utilizado na coleta de dados foi construído em dois blocos temáticos e adequado para profissionais que estavam atuando antes (2019) e/ou depois do início da pandemia (entre 2020 e 2022). Além do questionário, dados foram obtidos no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a respeito dos repasses financeiros e número de escolares matriculados na rede básica de ensino dos municípios (BRASIL, s.d.).

Instrumentos de Pesquisa

Para esta pesquisa foram consideradas as questões do Bloco 1, referentes às características da gestão do PNAE nos municípios, como: tipologia (categorizada em rural, intermediário e urbano); tipo de gestão (centralizada, descentralizada, terceirizada, mista); número de escolas (≤ 5 ; > 5 e ≤ 15 ; > 15 e ≤ 35 ; > 35); tempo de atuação do nutricionista (≤ 1 ano; > 1 e ≤ 3 ; > 3 e ≤ 5 ; > 5 e ≤ 10 ; > 10); adequação do quadro técnico (número de nutricionistas conforme o quantitativo de alunos: sim ou não); carga horária (< 20 horas; ≥ 20 horas e < 30 horas; ≥ 30 horas e < 40 horas; ≥ 40 horas); vínculo do responsável técnico (concursado, contratado, cargo de confiança e outros); e atuação em outras secretarias (sim, não ou não se aplica).

No Bloco 2, foram utilizadas as questões sobre o desenvolvimento do nutricionista nas atividades da agricultura familiar; quanto ao reconhecimento dos produtores; se faz o levantamento dos agricultores e empreendedores familiares locais; se conhece os locais de produção e armazenamento da agricultura familiar; se dá preferência conforme sazonalidade; se realiza a especificação técnica, quantitativa, opções de substituições e periodicidade de entrega dos gêneros alimentícios para edital de chamada pública; se realiza a pesquisa prévia de preços para a chamada pública; se participa ativamente do processo de compra - chamada pública; se confere a qualidade dos alimentos adquiridos e entregues na escola. Quanto ao processo de compras, se faz o levantamento da demanda de gêneros; se elabora pauta de compras; planejamento da entrega (logística); supervisão do recebimento e armazenamento dos produtos; diagnóstico da produção local (de produtos/quantitativo/sazonalidade); avaliação técnica das amostras; avaliação dos fornecedores; além do planejamento dos cardápios, se considera os hábitos alimentares, cultura e os produtos da agricultura familiar.

Análise de Dados

Para a análise das respostas quanto aos parâmetros numéricos de nutricionistas necessários de acordo com o quantitativo de alunos, foi utilizada a Resolução do CFN nº 465/2010 (CFN, 2010), vigente no momento da pesquisa. Além disso, foi utilizada a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 (BRASIL, 2020) para correlacionar as adequações dos profissionais quanto às suas atribuições e a representação da compra da agricultura familiar e os registros de percentuais e valores utilizados pelos municípios no ano de 2019, extraídos do Sistema de Gestão de Contas (SigPC) Online do FNDE, atualizado no dia 14 de março de 2022.

Os resultados foram analisados por meio do Programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS®), versão 22 (licença institucional perpétua, série 10101121278). As variáveis categóricas foram expressas em número absoluto e percentual. O percentual médio de aquisição de produtos da agricultura familiar foi calculado segundo estado e tipologia do município. Para o tipo de gestão, a diferença entre as categorias foi verificada utilizando o teste de ANOVA de uma via, uma vez que esta variável apresentou distribuição normal e homogeneidade das variâncias. Para a verificação da associação entre as variáveis categóricas dependentes e independentes foi utilizado o teste qui-quadrado de Pearson (ou o teste exato de Fisher, quando havia menos de cinco observações em uma casela). Foram consideradas significativas as análises com $p < 0,05$.

Esta pesquisa integra o projeto mais amplo intitulado: “Avaliação da atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios brasileiros”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma Universidade do MS, em conformidade com as diretrizes da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CAEE: 43302821.0.0000.5160).

RESULTADOS

Em 2019, na região Centro-Oeste (CO), 54,8% dos municípios adquiriram pelo menos 30% dos produtos alimentares de origem da agricultura familiar. Em relação às características dos municípios respondentes e sua associação com o cumprimento da obrigatoriedade estabelecida pela Lei nº 11.947/2009, não foi verificada diferença estatisticamente significativa para nenhuma variável de caracterização dos municípios ou perfil do nutricionista. De forma geral, verificou-se que os maiores percentuais de municípios avaliados eram de Goiás, de tipologia rural, com gestão do PNAE centralizada e atendiam até cinco escolas. Em relação às características dos nutricionistas atuantes, observou-se maiores frequências entre aqueles que não possuíam adequação do quadro técnico, a carga horária era ≥ 40 horas semanais, o responsável técnico era concursado e sem atuação em outras secretarias do município (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização dos municípios de acordo com o cumprimento da obrigatoriedade na aquisição da agricultura familiar na região Centro-Oeste, Brasil, 2019. (n=217)

	Atinge os 30% de compras da agricultura familiar			p*
	Total n (%)	Sim n (%)	Não n (%)	
Total	217 (100,0)	119 (54,8)	98 (45,2)	
Unidade Federativa				0,530
Goiás	100 (46,1)	53 (44,5)	47 (48,0)	
Mato Grosso do Sul	68 (31,3)	41 (34,5)	27 (27,6)	
Mato Grosso	49 (22,6)	25 (21,0)	24 (24,5)	
Tipologia**				0,076
Rural	110 (50,9)	59 (50,0)	51 (52,0)	
Intermediário	33 (15,3)	13 (11,0)	20 (20,4)	
Urbano	73 (33,8)	46 (39,0)	27 (27,6)	
Tipo de gestão				0,711
Centralizada	171 (78,8)	96 (80,7)	75 (76,5)	
Descentralizada	27 (12,4)	15 (12,6)	12 (12,2)	
Mista	15 (6,9)	6 (5,0)	9 (9,2)	
Terceirizada	4 (1,8)	2 (1,7)	2 (2,0)	
Número de escolas***				0,757
Até 5	63 (40,4)	35 (40,2)	28 (40,6)	
>5 a <=15	54 (34,6)	30 (34,5)	24 (34,8)	
>15 a <=35	20 (12,8)	13 (14,9)	7 (10,1)	
>35	19 (12,2)	9 (10,3)	10 (14,5)	
Tempo de atuação do nutricionista em anos				0,188
Até 1	62 (28,6)	31 (26,1)	31 (31,6)	
>1 a <=3	48 (22,1)	23 (19,3)	25 (25,5)	

A agricultura familiar no programa nacional de alimentação
escolar em municípios da região centro-oeste

>3 a <=5	35 (16,1)	19 (16,0)	16 (16,3)	
>5 a <=10	44 (20,3)	25 (21,0)	19 (19,4)	
>10	28 (12,9)	21 (17,6)	7 (7,1)	
Adequação do número de nutricionistas				0,182
Sim	22 (10,1)	9 (7,6)	13 (13,3)	
Não	195 (89,9)	110 (92,4)	85 (86,7)	
Carga horária do nutricionista RT****				0,596
<20	16 (7,4)	9 (7,6)	7 (7,3)	
>=20 e <30	33 (15,3)	15 (12,6)	18 (18,8)	
>=30 e <40	61 (28,4)	33 (27,7)	28 (29,2)	
>=40	105 (48,8)	62 (52,1)	43 (44,8)	
Vínculo do Responsável Técnico				0,280
Concursado	105 (48,4)	63 (52,9)	42 (42,9)	
Contratado	89 (41,0)	42 (35,3)	47 (48,0)	
Cargo de confiança	12 (5,5)	8 (6,7)	4 (4,1)	
Outros (desvio de função, processo seletivo, prestação de serviço como pessoa jurídica).	11 (5,1)	6 (5,0)	5 (5,1)	
Atuação em outras secretarias				0,140
Sim	50 (23,0)	23 (19,3)	27 (27,6)	
Não	166 (76,5)	96 (80,7)	70 (71,4)	

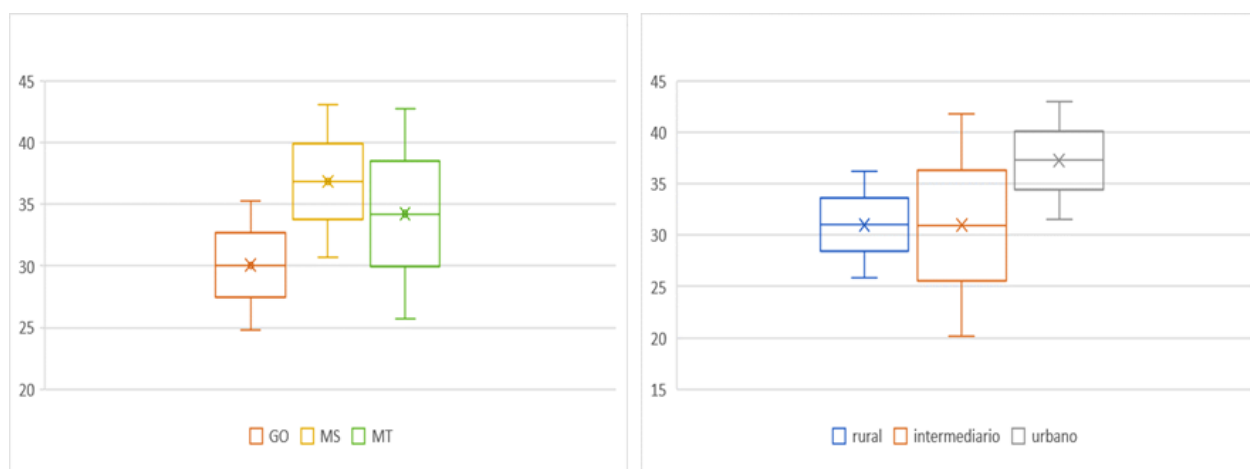
*p-valor obtido pelo teste do Qui-quadrado de Person ou teste exato de Fisher (menos de 5 observações). **1 município não possui classificação. ***Falta de respostas, pois responderam apenas os nutricionistas que atuavam antes da pandemia. ****Faltou devido a não respostas no questionário.

Fonte: Autoras.

O percentual médio de compra de produtos da agricultura familiar foi de 33,1% (IC95% 29,5-36,7), sendo 36,8% (IC95% 30,6-43,0) no Mato Grosso do Sul, 34,2% (IC95% 25,7-42,7) no Mato Grosso e 30,0% (IC95% 24,8-35,2) em Goiás, sem diferenças estatisticamente significativas entre os estados. Ao comparar o percentual médio de compra por tipologia municipal em

2019, observou-se que municípios classificados como urbanos utilizaram, em média, 37,3% (IC95% 31,5-43,0) dos recursos recebidos do FNDE para essa finalidade. Já os municípios classificados como rurais e intermediários apresentaram 31,0% (IC95% 25,8-36,2) e 31,0% (IC95% 20,2-41,7), respectivamente, sem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Percentual médio e Intervalo de confiança (IC95%) de aquisição de produtos da agricultura familiar pelos estados de Goiás (GO), Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT), e pela classificação dos municípios por tipologia rural, intermediário e urbano. Região Centro-Oeste do Brasil, 2019.



Fonte: Autoras.

Conforme apresentado na tabela 2, independentemente do cumprimento da exigência de aquisição mínima de 30% dos recursos do PNAE provenientes da agricultura familiar, a maioria dos municípios participantes relatou ter realizado diversas ações para fortalecer essa cadeia produtiva local. Entre essas ações, 89,0% dos municípios afirmaram realizar o levantamento dos agricultores e empreendedores familiares locais; 62,7% conheceram as instalações de produção e armazenamento da agricultura familiar; 95,8% deram preferência aos produtos conforme a sazonalidade. Além disso, 88,1% dos municípios especificaram técnica e quantitativamente os alimentos, incluindo opções de substituição e periodicidade das entregas, e 83,9% realizaram uma pesquisa prévia de preços para o edital de chamada pública, além de reportarem participação ativa no processo (83,9%). Os nutricionistas fizeram a conferência da qualidade dos alimentos adquiridos e entregues na escola (97,5%), considerando os hábitos alimentares, cultura (94,3%) e produtos da agricultura familiar no planejamento dos cardápios (100,0%).

Tabela 2 - Execução das atividades relacionadas à aquisição de alimentos da agricultura familiar e participação do nutricionista nas etapas do processo de compra dos gêneros alimentícios de acordo com o cumprimento da obrigatoriedade na aquisição da agricultura familiar (no mínimo 30%) na região Centro-Oeste, Brasil, 2019. (n=219).

	Atinge os 30% de compras da agricultura familiar			
	Total n (%)	Sim n (%)	Não n (%)	p*
Levantamento dos agricultores e empreendedores familiares locais***	186 (86,5)	105 (89,0)	81 (83,5)	0,316
Conhece os locais de produção e armazenamento da agricultura familiar***	130 (60,5)	74 (62,7)	56 (57,7)	0,486
Dá preferência conforme sazonalidade***	203 (94,4)	113 (95,8)	90 (92,8)	0,383
Realiza a especificação técnica, quantitativa, opções de substituições e periodicidade de entrega dos gêneros alimentícios para edital de chamada pública***	187 (87,0)	104 (88,1)	83 (85,6)	0,685
Realiza a pesquisa prévia de preços para a chamada pública***	179 (83,3)	99 (83,9)	80 (82,5)	0,855
Participa ativamente do processo de compra - chamada pública***	171 (79,5)	99 (83,9)	72 (74,2)	0,091
Confere a qualidade dos alimentos adquiridos e entregues na escola***	206 (95,8)	115 (97,5)	91 (93,8)	0,305
Considera os hábitos alimentares e cultura alimentar no planejamento do cardápio****	149 (95,5)	82 (94,3)	67 (97,1)	0,465
Considera os produtos da agricultura familiar no planejamento do cardápio****	153 (98,1)	87 (100,0)	66 (95,7)	**
Levantamento da demanda de gêneros*****	184 (86,4)	102 (87,2)	82 (85,4)	0,841
Elaboração da pauta de compras*****	138 (64,8)	73 (62,4)	65 (67,7)	0,472
Planejamento da entrega (logística)*****	147 (69,0)	84 (71,8)	63 (65,6)	0,373
Supervisão do recebimento e armazenamento dos produtos*****	164 (77,0)	91 (77,8)	73 (76,0)	0,870

Diagnóstico da produção local (de produtos/quantitativo/sazonalidade)*****	105 (49,3)	65 (55,6)	40 (41,7)	0,054*
Avaliação técnica das amostras*****	76 (35,7)	47 (40,2)	29 (30,2)	0,151
Avaliação dos fornecedores*****	78 (36,6)	41 (35,0)	37 (38,5)	0,668

*p-valor obtido pelo teste do Qui-quadrado de Person ou teste exato de Fisher (menos de 5 observações). **Sem valor de p (casela com valor zero). ***Faltou devido a não respostas no questionário, quatro municípios omissos. ****Responderam apenas os nutricionistas que atuavam antes da pandemia. *****Faltou devido a não respostas no questionário de seis municípios.

Fonte: Autoras.

Quanto ao desempenho no processo de elaboração da chamada pública, os nutricionistas relataram participar do levantamento da demanda de gêneros, da elaboração da pauta de compras, do planejamento da entrega quanto à logística e na supervisão do recebimento e armazenamento dos produtos e avaliação técnica das amostras. Porém, observaram-se maiores frequências de profissionais que não realizaram avaliação técnica das amostras dos fornecedores (38,5%). Verificou-se ainda que houve associação positiva entre a realização do diagnóstico da produção local pelo nutricionista e a efetividade na aquisição dos produtos da agricultura familiar, considerando a variedade de produtos, o quantitativo e sazonalidade para o mapeamento da região, com diferença estatisticamente significativa ($p=0,054$) (Tabela 2).

DISCUSSÃO

Resultados Regionais

O presente estudo, encontrou que, em 2019, apenas 54,8% dos municípios atingiram o mínimo estabelecido pelo FNDE para compra de alimentos da agricultura familiar. A média de aquisição neste estudo (33,1%) foi pouco maior que a encontrada no estudo de Machado *et al.* (2018), onde municípios de todo o país foram incluídos e apenas 44,4% cumpriram o percentual mínimo no ano de 2011.

Na comparação do primeiro ano de obrigatoriedade de compra da agricultura familiar (2010), os municípios dos estados brasileiros atingiram, em média, 22% de adequação (SA-

RAIVA, 2013). No entanto, segundo o FNDE, apenas 26,7% dos municípios brasileiros atingiram a meta mínima de 30% em 2011 e 43,5% em 2016 (BRASIL, 2022), demonstrando que existe avanço, mas os impasses como a falta de conhecimento e de qualificação das equipes que estão à frente do programa, a desvalorização levando em consideração o menor preço e não a melhor qualidade dos produtos e a falta de lideranças políticas atuantes, dificultam o cumprimento da Resolução na totalidade dos municípios e precisam ser superados dentro do PNAE, demonstrando consonância ao presente estudo (TRICHES, 2015).

No estado de Minas Gerais (MG), a partir de dados do FNDE de 848 municípios, verificou-se que 55,1% cumpriram o percentual mínimo de compras da agricultura familiar em 2017. Porém, não apresentou associação significativa com o perfil sociodemográfico e econômico dos municípios estudados. Contudo, MG apresentou um perfil agropecuário com grande participação de assistência técnica e/ou extensão rural (93,8% dos municípios) e maior adesão a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (73,9%), estimulados pelo estado. Além disso, o estudo apresentou associação significativa de maior adesão às compras da agricultura familiar nos municípios que apresentavam cadastro sindical oficial (76,4%) e ações de incentivo à agricultura orgânica (29,8%) (ANJOS; LOPES FILHO; HORTA, 2022), dados estes não avaliados nos demais estudos.

Fatores limitantes à adesão da recomendação de 30%

Dentre os fatores que podem ter influenciado na baixa adesão da região CO, estão as características agrícolas de produção e uso da terra voltada para o agronegócio de exportação, em detrimento a valorização da agricultura familiar (SARAIVA, 2013). Ademais, outro estudo complementa com a discussão de que a expressão da condução entre o percentual de compra destes alimentos está relacionado com a renda das regiões, a população em idade escolar e outros indicadores de cunho social e econômico (SCHABARUM; TRICHES, 2019), como o atendimento e distribuição dos recursos que podem acontecer de forma diferente entre as unidades de federação e causar complexidades que contribuem para as diferenças na produção e aquisição nas diversas áreas, prejudicando as compras da agricultura familiar (SAMBUICHI *et al.*, 2016). Apresentaram a necessidade de ações educativas, de assistência técnica direcionadas (MACHADO *et al.*, 2018) e participação ativa dos nutricionistas (SOUZA, 2017) para que haja evolução do objetivo proposto.

Além disso, o CO, de acordo com dados do Censo agropecuário de 2017 é a região que menos possuía estabelecimentos voltados para a agricultura familiar (apenas 5,5%) (IBGE, 2017b), justificando a dificuldade de realização da compra nesta macrorregião (MACHADO *et al.*, 2018; SARAIVA, 2013). Por isso, ações direcionadas para o cumprimento da legislação no Centro-Oeste brasileiro são urgentes e necessárias (MACHADO *et al.*, 2018).

No presente estudo, não houve diferença significativa quanto às características dos municípios e sua gestão quando comparado àqueles que atingiram ou não o percentual mínimo de compra da agricultura familiar. Porém, alguns autores analisaram a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar e verificaram que as capitais com estruturas institucionais melhores, maiores índices de desenvolvimento humano (IDH) e com mais recursos recebidos pelo FNDE foram as que mais apresentaram dificuldades na execução do programa, utilizando menos de 30% dos recursos nas compras (DIAS *et al.*, 2020); assim como os municípios brasileiros com grande porte populacional (mais de 100.000 habitantes), gestão dos recursos do programa do tipo mista, descentralizada ou terceirizada e que não tinham nutricionistas como responsáveis técnicos na alimentação escolar (MACHADO *et al.*, 2018); além da falta de comunicação e inter-relação entre secretarias, prefeituras e os produtores (MOSSMANN *et al.*, 2017).

Entretanto, Troian *et al.* (2020) constataram que não foi possível confirmar que o tamanho do município exerce influência no desempenho do PNAE e na aquisição de produtos da agricultura familiar, não apresentando diferença significativa. Assim como observado neste estudo, apesar dos municípios classificados como urbanos apresentarem maior percentual médio de compra comparado com os municípios rurais e/ou intermediários, os valores não diferiram estatisticamente.

Dentre as dificuldades apontadas na literatura para a aquisição de produtos da agricultura familiar, destacam-se: a maior distância das produções agrícolas; a estrutura burocrática mais densa na gestão, que cria resistência à entrada de empresas menores na disputa por acesso ao mercado, especialmente em relação às grandes empresas (DIAS *et al.*, 2020); os altos custos de transação para os agricultores; a falta de gestão (TRICHES; BACCARIN, 2016); a resistência de agricultores às exigências sanitárias, problemas com a logística de entregas; a produção local insuficiente; a falta de assistência técnica (TEO *et al.*, 2020; PORRUA *et al.*, 2020;

TRICHES *et al.*, 2019); e problemas no planejamento da produção, que envolvem questões relacionadas ao clima, quantidade, variedade, organização e sazonalidade (TRICHES *et al.*, 2019). Além disso, há a má vontade de algumas administrações em alterar sua estrutura administrativa para viabilizar a compra da agricultura familiar, preferindo processos licitatórios limitados a um número restrito de empresas e a compra de produtos mais processados e menos manipulados, conforme apontado em estudo realizado nos estados de São Paulo (SP), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR) (BACCARIN *et al.*, 2017).

Ainda sobre o PNAE, destaca-se: a resistência dos administradores públicos em adequar as necessidades do programa (AGUIAR; CALIL, 2022); as restrições de demanda; a falta de engajamento dos entes federados; a ociosidade dos recursos do FNDE e na execução do programa; a baixa carga horária do nutricionista (SCARPARO *et al.*, 2013; GERMANO; BUENO; KIRSTEN, 2020; KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020); o desconhecimento da produção local da agricultura familiar disponível para a construção dos cardápios nas escolas; os impasses na execução dos editais específicos; a precariedade na infraestrutura das cozinhas escolares; a atuação parcial do CAE; a falta de ações de educação alimentar e nutricional (EAN) (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020; FERREIRA *et al.*, 2019) e a falta de diálogo entre os atores sociais e os setores envolvidos, o que acaba concentrando as ações do PNAE em torno do nutricionista (SCARPARO *et al.*, 2013; GERMANO; BUENO; KIRSTEN, 2020).

Papel dos nutricionistas

Os nutricionistas do presente estudo relataram participar ativamente das etapas de compras da agricultura familiar, como o planejamento, acompanhamento, logística, fiscalização e processos de compras. Em uma pesquisa realizada em MS, a evolução do percentual de 2011 (11,0%) para 2015 (31,0%) foi associada positivamente à participação ativa dos nutricionistas e gestores de assistências técnicas e extensão rural, refletindo maior desempenho nos processos de compras diretas e se mostrando uma eficiente estratégia de estímulo para maior desempenho do programa (SOUZA, 2017).

Em relação aos nutricionistas atuantes, os resultados constatarem um QT inadequado na maior parte dos municípios (89,9%). Entretanto, apesar disso, a maior parte alegou executar todas as atividades relacionadas à agricultura familiar e ao seu processo de compra como

o levantamento dos agricultores, visitas aos locais de produção, participação na elaboração da pauta de compras, planejamento de logística, avaliações técnicas e outras atividades, entretanto, não foi avaliada a qualidade dessas atividades e se realizaram em todas as escolas do município.

Contudo, Ferreira *et al.* (2019) verificaram a adequação do quadro técnico e a execução de atividades de EAN e tiveram associação significativa com a compra de produtos da agricultura familiar, o que confirma a necessidade de adequação do quadro de nutricionistas dentro do PNAE. Já a interação do profissional com os agricultores mostrou avanços importantes na participação das chamadas públicas, na diversificação dos produtos da alimentação escolar e na contribuição do desenvolvimento rural sustentável (FANIN; FANIN, 2021).

Nos resultados encontrados, observou-se que 48,8% dos nutricionistas trabalham 40 horas ou mais, ou seja, além de ter poucos nutricionistas no quadro técnico, menos da metade dos municípios investigados têm nutricionistas com carga horária igual ou superior a 40h. Se há poucos profissionais, espera-se que eles trabalhem por mais horas para compensar o quadro técnico incompleto e o excesso de serviço; destaca-se ainda que a cada dez nutricionistas, dois a três atuam em outras secretarias (23%), causando impacto no planejamento, na gestão e na operacionalização eficiente da alimentação escolar.

Scarparo *et al.* (2013) destacaram que a carga horária insuficiente para desenvolver todas as atribuições e a necessidade de assumir outras secretarias foram obstáculos para desenvolver um trabalho mais efetivo no PNAE. Outros autores concluíram que para o sucesso das políticas públicas, a construção, o fomento e a manutenção devem ter participação social em cada um dos programas, ter uma gestão com participação ativa em todos os níveis (federal, estadual e municipal), dando apoio na execução para que o cumprimento seja integral (ASSIS; FLEXOR, 2021) e mais ações dos gestores do PNAE no Brasil para fortalecer as estratégias de compras de produtos da agricultura familiar (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Ademais, os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES) foram criados para assessorar as entidades em nível federal, estadual e municipal e o FNDE para dar apoio e desenvolver ações voltadas para o PNAE, como capacitações e projetos com os atores sociais. Nota-se que a falta de comunicação entre os atores é um problema frequente e que poderia solucionar muitos entraves que dificultam a compra da agricultura familiar

(BRASIL, 2018). Para isso, é preciso conhecer os mecanismos que favorecem a agricultura familiar na alimentação escolar, a fim de buscar a efetividade desse programa, tendo os CECANES como aliados, tanto na avaliação, como na qualificação e estímulo para estas metas (GALLICCHIO *et al.*, 2021).

Limitações, implicações e recomendações

Quanto às limitações deste estudo, o fato de muitos nutricionistas não terem conhecimento de todas as informações administrativas do PNAE, impossibilitou o uso das informações do questionário quanto aos percentuais de compra da agricultura familiar, pois a maioria dos nutricionistas relatou não saber. Porém, ressalta-se que isso prejudicou a realização deste estudo uma vez que foram utilizados os valores oficiais disponíveis no site do FNDE para os municípios avaliados. Tal fato levanta preocupações, já que os atores à frente do programa nos municípios precisam estar alinhados com todas as informações necessárias para que o PNAE seja bem executado, identificando suas fragilidades e melhorias. O que reforça que os profissionais nutricionistas precisam fortalecer o seu vínculo com os produtores rurais do município atuante, pois este vínculo permite vivenciar o contexto e identificar as necessidades e barreiras existentes. Através do conhecimento local, pode-se implantar estratégias para mudar a realidade encontrada e ganhar mais espaço para aumentar o percentual de compra da agricultura familiar.

Além disso, a realização de questionário online autorrelatado pode ter influenciado na compreensão das questões. Além disso, a característica quantitativa do estudo não exigiu/permitiu verificar a qualidade da execução das atividades realizadas relacionadas à agricultura familiar, como por exemplo, se as ações foram executadas na totalidade de escolas e como eram realizadas.

Outra limitação a se considerar foi que o estudo aconteceu durante a pandemia da Covid-19. Mesmo as informações sendo referentes ao período pré-pandemia, o viés de memória, as mudanças do quadro técnico e das atribuições executadas no período da pandemia podem ter influenciado nas respostas.

Para superar as limitações, sugere-se que futuros estudos, façam uma análise qualitativa das percepções dos atores locais sobre o programa, além de incentivar a comunicação

entre os atores, criar capacitações voltadas para as fragilidades do programa nos municípios e revisar a estrutura administrativa local para melhorar a aplicabilidade dos resultados.

Apesar das limitações, o presente estudo foi importante para identificar as condições atuais do cumprimento mínimo da agricultura familiar no PNAE, seu funcionamento e desafios na região CO, podendo servir como instrumento de gestão para o cumprimento da legislação e melhoria da qualidade da alimentação dos escolares associado ao fortalecimento da agricultura familiar na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontaram que após 15 anos de implementação da obrigatoriedade de compra da agricultura familiar, através da criação da Lei nº 11.947/2009, a maior parte da região Centro-Oeste brasileira ainda não atinge o percentual mínimo de 30%. Com isso, existe a necessidade de adequação para que o programa tenha maior efetividade em sua execução e que a agricultura familiar, setor fundamental para a melhoria da qualidade na alimentação escolar e fomento local, seja mais evidenciada. Além do desafio de criar ações que possam contribuir para aumentar o vínculo entre os atores sociais e assim, os municípios venham atingir toda a sua potencialidade, já que ainda existe um longo percurso entre o objetivo proposto pelo programa e a sua totalidade idealizada.

Neste ponto, um importante programa que pode atuar diretamente na agricultura familiar e evidenciar os impactos positivos que podem gerar na qualidade da alimentação, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696/2003 e, regulamentado pela Lei nº 14.628/2023. Este permite que a rede pública e filantrópica de ensino compre diretamente os alimentos de agricultores familiares, sem a necessidade de licitação, e destine a compra para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2023).

Além disso, entre os municípios que atingiram, verificou-se que o percentual de compra não foi expressivo, o que demonstra a não valorização desses produtos na alimentação escolar. O nutricionista exerce papel fundamental na valorização dos produtores rurais, dentro do ambiente escolar, na conscientização dos benefícios da qualidade na alimentação dos

alunos, além de ser o responsável mais capacitado para criar estratégias de promoção da agricultura familiar e aumentar o vínculo entre os atores sociais. Porém, o baixo número de profissionais no Quadro Técnico impede que todas as atribuições obrigatórias e complementares sejam realizadas com qualidade, tornando mais difícil garantir que o PNAE tenha avanços mais pontuais com o passar dos anos e seus objetivos demorem mais para serem alcançados e vistos na população em questão.

Sugere-se futuras pesquisas sobre este tema e que o governo federal aumente a fiscalização nos municípios para que haja evolução do quadro detectado; além da construção de oficinas, palestras, reuniões e debates voltados para todos os participantes envolvidos na consolidação da aquisição de produtos da agricultura familiar no PNAE.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Patrícia Rafaela Mendonça Martins, membro da equipe de pesquisa, realizou a construção do instrumento, realização e gerenciamento de toda a coleta, organização e tabulação de dados; foi responsável pela redação do manuscrito.

Maria Tainara Soares Carneiro, membro da equipe de pesquisa, realizou a construção do instrumento, realização e gerenciamento de toda a coleta, organização e tabulação de dados; colaborou na redação do manuscrito.

Rita de Cássia Bertolo Martins, membro da equipe de concepção e realização de todas as etapas da pesquisa; contribuiu com a redação e revisão do manuscrito.

Verônica Gronau Luz, foi um fundamental apoio, participou da discussão dos resultados e contribuiu na escrita e revisão do manuscrito.

Ricardo Fernandes, responsável pelo gerenciamento do processo de amostragem, também foi um fundamental apoio, participou da discussão dos resultados e contribuiu na escrita e revisão do manuscrito.

Naiara Ferraz Moreira, coordenadora da pesquisa, participou da concepção e realização de todas as etapas da pesquisa, incluindo todo o planejamento inicial, construção do instrumento da pesquisa e contribuiu com todos os aspectos da análise, redação e revisão do manuscrito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. A.; CALIL, R. M. Gestão administrativa, técnica e operacional na alimentação escolar. In: AGUIAR, J. A. **Avanços e limitações na operacionalização da alimentação escolar frente à produção familiar rural**. Embu das Artes, São Paulo: Alexa cultural, 2022. cap. 10, p. 646. ISBN 978-85-5467-189-1.

ANJOS, I. A.; LOPES FILHO, J. D.; HORTA, P. M. Factors associated with the purchase of family farming products for national school feeding program in Minas Gerais in 2017, Brazil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 52, n. 4, 2022. DOI: 10.1590/0103-8478cr20200776. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cr/a/pGGG4HHqGrDnhbS-CZkZcHjd/?lang=en>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ASSIS, L. H. B.; FLEXOR, G. G. Políticas de compras institucionais da agricultura familiar. In: SCHWARTZMAN, F.; NOGUEIRA, R. M. **Alimentação escolar como estratégia para o desenvolvimento sustentável**. 1. ed. São Paulo: Memnon, 2021. cap. 7, p. 286. ISBN 978-65-87672-12-0.

BACCARIN, J. G. *et al.* Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 55, n. 1, p. 103-122, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FSg7rmxPPTX6nSPLfVvQ7QC/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BALSADI, O. V.; BELIK, W.; DELGROSSI, M. E. O rural paulista em perspectiva: evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas no período 2004-2014. **Revista da ABET**, v. 18, n. 1, p. 120-140, jan/jun, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2019v18n1.39821>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE DE GOIÁS. **Relatório Final: Oficinas regionais para encontro da demanda da alimentação escolar e a produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE**. UFG. Goiânia, GO. 2018. Disponível em: https://files.cer-comp.ufg.br/weby/up/128/o/Relat%C3%B3rio_P1_2018.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis no 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-norma-pl.html>. Acesso em: 29 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Diário Oficial da União, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://normas.leg.br/api/binario/9f681a63-1dd0-4168-a91c-535ed5c2e058/texto>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Acesso à informação. **Dados da Agricultura Familiar**. Brasília, DF: FNDE, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Sobre o PNAE. Brasília, DF: FNDE, c2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Repas-ses físicos e financeiros do PNAE**. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: edição 89, seção 1, p. 38, 12 mai. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 23 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS - CFN. **Resolução CFN 465, de 23 de agosto de 2010.** Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial União: nº 163, seção 1, p. 118-119. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_465_2010.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO - CFN. **Resolução CFN 788, de 13 de setembro de 2024.** Dispõe sobre as atribuições de nutricionista na atuação em Alimentação e Nutrição no Ambiente Escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União: nº 179, seção 1, p.144. Disponível em: <http://sisnormas.cfn.org.br:8081/view-Page.html?id=788>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DIAS, P. C. *et al.* Compra da agricultura familiar para alimentação escolar nas capitais brasileiras. **Revista de Saúde Pública (RSP)**. v. 54, n. 73, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001963>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FANIN, E. L. B. B.; FANIN, M. O nutricionista: interação com agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 105859-105864, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-290>. Acesso em: 21 mai. 2022.

FERREIRA, D. M. *et al.* Perception of the operating agents about the brazilian national school feeding program. **Revista de Saúde Pública (RSP)**, v. 53, n. 34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2019053000597>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GALLICCHIO, C. L. R. *et al.* A atuação do nutricionista nas compras da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661996>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GERMANO, A. M.; BUENO, M. C.; KIRSTEN, V. R. Alimentação escolar e agricultura familiar em municípios do litoral do Rio Grande do Sul: uma análise a partir da percepção das nutricionistas. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-16, jan-dez, 2020. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/245/312>. Acesso em: 02 jul. 2022.

IBM CORPORATION. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 22.0. Armonk, NY: IBM Corporation, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil/ Uma primeira aproximação.** Brasília: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário.** Brasília: IBGE, 2017b. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 07 jul. 2023.

KROTH, D. C. GEREMIA, D. S. MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 4065-4076, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.31762018>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LEÃO, P. V. *et al.* Atribuições do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **RAF**. v. 15, n. 01, jan-jun, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v15i1.9760>. Acesso em: 9 abr. 2022.

MACHADO, P. M. O. *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, dez, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MOSSMANN, M. P. *et al.* Interface between family farming and school feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, v. 55, n. 2, p. 325-342, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550207>. Acesso em: 23 mai. 2022.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DEL GROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, v. 60, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Redução do déficit de estatura e a compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, v. 39, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0189>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PARIZOTTO, J.; BREITENBACH, R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os hábitos alimentares: o que revela a produção científica da última década? **RAF**, v. 15, n. 01, jan-jun, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9790>. Acesso em: 3 set. 2021.

PEDRAZA, D. F. *et al.* Evaluation of the National School Food Program: Review of the literature. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1551-1560, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.17832016>. Acesso em: 11 jun. 2022.

PORRUA, P. *et al.* Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 426-437, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462x202028030361>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Diversidade da Produção nos Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise econométrica baseada no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6678>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SARAIVA, E. B. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400004>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SCARPARO, A. L. S. *et al.* Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 1001-1008, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232013000400013>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SCHABARUM, J. C.; PLEIN, C.; BASSO, D. O papel do cooperativismo no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Guarapuava/PR. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 1, p. 313-329, jan.-jun., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/igepec.v26i1.27059>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 49-62, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570103>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SCHWARTZMAN, F. *et al.* Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00099816>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUZA, A. G. Os entraves e a assimetria informacional nas compras diretas da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados, MS, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1184>. Acesso em: 07 out. 2022.

TASCA, E.; DEGGERONE, Z. A.; PARIS, C. A. Agricultura familiar e alimentação escolar: análise da dinâmica do PNAE no território do Alto Uruguai-RS. **Revista Grifos - Unochapecó**, v. 29, n. 50, set-dez, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v29i50.5238>. Acesso em: 09 set. 2022.

TEO, C. R. P. A. *et al.* Agricultura familiar, alimentação escolar e a geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento: experiências catarinenses. **Revista Grifos - Unochapecó**, v. 29, n. 49, mai-ago, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v29i49.4821>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C.R.P.A; TRICHES, R.M. (Org.). Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó, **Editora Argos**, v. 1, 2016.

TRICHES, R. M. *et al.* Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. **REDES**. Santa Cruz Do Sul, v. 24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.11713>. Acesso em: 07 jul. 2022.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: Grisa C, Schneider S, organizadores. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: **Ed. UFRGS**; 2015.

TROIAN, A. *et al.* Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, v. 58, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.204558>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ANEXO 1

Questionário para os profissionais contratados em até 2019 para atuação no PNAE

I. QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA RT E QT NO PNAE

A. IDENTIFICAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Data da Coleta de Dados: ____/____/____

Nome completo do nutricionista: (_____).

Sexo: () M () F. Data de nascimento: ____/____/____

Função junto ao PNAE: () Responsável Técnico () Quadro Técnico.

Tempo de atuação no PNAE na EEx: (_____) (em meses).

Tempo de formada em Nutrição: (_____) (em meses).

Modalidade de ensino e tipo de Instituição onde concluiu a graduação em Nutrição: () Presencial-Pública
() Presencial-Privada () EAD-Privada

Houve alteração do quadro de nutricionista durante a Pandemia ? () Sim, houve aumento do quadro técnico;
() Sim, houve redução do quadro técnico; () Não.

Você atua no PNAE desde: () Antes do início da Pandemia (2019); () Depois do início da Pandemia (2020).

B. INDICADORES RELACIONADOS À CARACTERÍSTICA DA GESTÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO (Antes do início da Pandemia- até 2019):

1. 1. Nome do município Estado (_____).

1.1. Nome do município (_____).

1.2. Modalidade de Ensino atendido (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Educação infantil () Ensino fundamental () Ensino médio () Educação de jovens e adultos

() Escola indígena ou quilombola.

2. 2. Número de escolas municipais: _____.

2.1 Número de escolas estaduais _____

2.2 Número de escolas federais: _____

3. 3. Tipo de gestão do PNAE no município:

() Centralizada () Descentralizada () Terceirizada () Mista

4. Qual o valor (em reais) da contrapartida financeira para o Programa de Alimentação Escolar realizada pela Prefeitura em 2019? _____. (Contrapartida financeira com o Recurso Próprio da Prefeitura). 5. 6. Qual o valor (em reais) da contrapartida financeira para o Programa de Alimentação Escolar realizada pela Prefeitura em 2020 (considerando o contexto da pandemia)? _____. (Contrapartida financeira com o Recurso Próprio da Prefeitura) 7. 8. O nutricionista responsável técnico (RT) do PNAE, está cadastrado no FNDE como RT? () Sim () Não 6.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não há cadastro? Descreva os motivos: _____ () NA 9. O município conta com nutricionistas como Quadro Técnico (QT) no PNAE? () Sim () Não 7.1 Se a resposta for SIM, qual o número de nutricionistas QT? _____ (registrar em número) 7.2 Se a resposta for NÃO, qual a justificativa? Assinale abaixo: () Não há necessidade de QT pelo número de escolares () Há necessidade de QT, porém não há recursos financeiros () Outra justificativa (descrever): _____ () NA 8. O nutricionista RT atua em outras Secretarias do município, além da Secretaria de Educação? () Sim () Não () NA 9. O/A(s) nutricionista(s) QT (quando houver) atua(m) em outra Secretaria do município? () Sim () Não () NA 10. Você atua como nutricionista no PNAE de outro município? () Sim () Não. 11. Qual o vínculo do nutricionista RT do PNAE com a EEx? Exemplo de EEx: Prefeitura Municipal. () Concursado () Contratado () Cargo de confiança () RT da empresa contratada () Outra resposta, especificar _____. 12. Qual o vínculo do/a(s) nutricionista(s) QT no PNAE (quando houver) com a EEx ? (Pode assinalar mais de uma alternativa, caso haja mais de um profissional com diferentes modalidades de contrato). () Concursado () Contratado () Cargo de confiança () Empresa contratada () Outra resposta: _____ () NA
--

12.1 Qual a carga horária semanal do RT no PNAE?

() <20 horas () 20 horas () 30 horas () 40 horas () Outra: ____h/semana (especificar em número).

12.2 Qual a carga horária semanal de nutricionistas QT (quando houver) no PNAE? (Pode assinalar mais de uma alternativa, caso haja mais de um profissional com diferentes modalidades de contrato).

() <20 horas () 20 horas () 30 horas () 40 horas () Outra: ____h/semana (em número) () NA

13. De acordo com a Lei 11.947/2009 e a Resolução FNDE N° 06/2020, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, para o PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. O seu município conseguiu atingir esse percentual?

() sim () não

13.1 Qual o valor (em reais) utilizado para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no ano de 2019 ?

13.2 Qual o valor (em reais) utilizado para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no ano de 2020 (considerando o contexto da pandemia)?

14. Com relação à sua formação profissional, como você classifica a frequência do **conteúdo teórico** abordados pelos docentes em disciplinas diversas, referentes aos temas abaixo relacionados, considerando a escala de um a cinco, sendo: 1 (um) = nunca abordado; 2= raramente abordado; 3 = Ocasionalmente (apresentado e não aprofundado o conteúdo); 4 = Frequentemente abordado; 5 = Muito frequentemente abordado.

Conteúdo teórico	1	2	3	4	5
Alimentação do Escolar					
Avaliação nutricional do escolar					
Planejamento de cardápios para escolares					
Elaboração de ficha técnica de preparações culinárias					
Higiene e boas práticas de preparo da alimentação coletiva					
Gestão de programas de alimentação e nutrição					

Políticas públicas em Alimentação e Nutrição					
Legislação em Alimentação Escolar					
Educação Alimentar e Nutricional para escolares					
Agricultura familiar					
Processos de compras – licitação					
Processos de compras – chamada pública					

15. Ainda com relação à sua formação profissional para atuação junto ao PNAE, avalie as **experiências práticas** ofertadas na graduação em Nutrição, por meios das estratégias de ensino abaixo relacionadas. Responda, considerando a escala de um a cinco, sendo: 1 (um) = nunca abordado; 2= raramente abordado; 3 = Ocasionalmente (apresentado e não aprofundado o conteúdo); 4 = Frequentemente abordado; 5 = Muito frequentemente abordado.

Estratégias de ensino	1	2	3	4	5
Disciplinas teórico-prática diversas					
Projetos de Extensão					
Projetos de Pesquisa					
Estágios Curriculares					

15. Além da graduação em Nutrição, como aprimorou os conhecimentos para a sua atuação junto ao PNAE? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Estágios extracurriculares () Prática profissional () Cursos de formação em Gestão do Programa de Alimentação escolar () Pós graduação *lato sensu* () Pós graduação *strictu sensu* () Outros, descrever: _____

(Parte 1)

EEx: Entidade Executora; NA: Não se Aplica; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; QT: Quadro Técnico; RT: Responsável Técnico.

**II. QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA RT E QT NO
PNAE - CONSIDERANDO O ANO DE 2019/ - Antes do início da Pandemia (até 2019)**

C. Indicadores relacionados às atribuições obrigatórias dos Nutricionistas, conforme a Resolução CFN Nº 465/2010 para os municípios brasileiros.

São realizadas visitas às escolas assistidas pelo PNAE? () Sim () Não

1.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não são realizadas? Descreva os motivos:

_____ () NA

1.2 Se a resposta da questão 1 foi SIM, quem realiza as visitas?

() RT () QT () Ambos (RT/QT) () Técnico em Nutrição e Dietética () Estagiário () NA

1.3 Se a resposta da questão 1 foi SIM, qual a frequência de visita em cada escola em situação de normalidade (ausência de pandemia)?

() Anual a semestral () Trimestral a mensal () Quinzenal a semanal () Sem frequência definida

() Outra justificativa, descrever: _____ () NA

A atividade “Realização do diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros para atendimento da clientela” é realizada? () Sim () Não

2.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não é realizada? Descreva os motivos: _____

_____ () NA

2.2 Se a resposta da questão 2 foi SIM, qual o tipo de diagnóstico nutricional realizado com os alunos? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Antropometria () Investigação dos hábitos alimentares () Questionário de consumo alimentar

() Outro(s), descrever _____ () NA

2.3 Se a resposta da questão 2 foi SIM, qual a frequência de realização do diagnóstico e/ou acompanhamento do estado nutricional nas escolas?

() Semestral () Anual () Bianual () Sem frequência fixa () Outra resposta: _____ () NA

A atividade “Identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas” é realizada?

() Sim () Não.

3.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não é realizada? Descreva os motivos: _____ () NA

3.2 Se a resposta da questão 3 foi SIM, quais são as necessidades nutricionais específicas identificadas? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Alergia alimentar () Diabetes () Doença celíaca () Hipertensão () Intolerância à lactose

() Outra(s): _____ () NA

4. Com relação aos cardápios de alimentação escolar, assinale se as diferentes etapas são ou não cumpridas:

Etapas da elaboração dos cardápios	Sim	Não	Se Não, justifique por que a etapa não pode ser realizada
Planejamento			
Elaboração			
Acompanhamento			
Avaliação			

5. Considerando as etapas descritas na questão 4, referente aos cardápios de alimentação escolar, assinale qual a frequência de atualização.

Etapas dos cardápios	Não realizado	Frequência de atualização dos cardápios					
		Mensal	Bimestral	Trimestral	Semestral	Anual	Outra:
Planejamento							
Elaboração							
Acompanhamento							
Avaliação							

6. Com relação aos parâmetros para o planejamento de cardápios da alimentação escolar, assinale se são considerados ou não:

() Diagnóstico nutricional realizado a partir da avaliação nutricional;

() Referências nutricionais de acordo com a faixa etária;

() Perfil epidemiológico da população;

☐ Hábitos alimentares e cultura alimentar de cada localidade;

☐ Utilização de produtos da Agricultura Familiar;

☐ Cardápio anterior;

☐ Cardápio para necessidades específicas;

☐ Período de permanência na escola;

☐ Comunidade escolar Indígena e Quilombola.

7. É realizado o cálculo da composição química dos alimentos que compõem o cardápio planejado, de acordo com os per capitas para cada fase de vida (ou faixa etária)? ☐ Sim ☐ Não

8. As atividades de Educação alimentar e nutricional são realizadas com a comunidade escolar (exemplos: alunos, pais e funcionários da escola)? ☐ Sim ☐ Não.

8.1. Se a resposta anterior foi NÃO, por que não são realizadas? Descreva os motivos:
_____ ☐ NA

8.2. Se a resposta à questão 8 foi SIM, com qual(uais) integrante(s) da comunidade escolar as ações de EAN são realizadas? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

☐ Escolares ☐ Merendeiras ☐ Professores ☐ Coordenador(es) ☐ Diretor

☐ Pais/responsáveis pelos escolares ☐ Outro(s): _____ ☐ NA

8.3. Se a resposta à questão 8 foi SIM, quais são as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

☐ Palestras ☐ Oficinas culinárias ☐ Rodas de conversa ☐ Jogos educativos ☐ Gincanas

☐ Teatro ☐ Cursos de formação ☐ Outras atividades _____ ☐ NA.

8.4 Se a resposta à questão 8 foi SIM, qual(is) material(is) abaixo são utilizados no planejamento das atividades de EAN com a comunidades escolar? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

☐ Caderno do Gestor do Programa de Saúde na Escola (PSE) (Ministério da Saúde e Ministério da Educação, 2015)

☐ Guia Alimentar para a população brasileira (Ministério da Saúde, 2014).

☐ Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos (Ministério da Saúde, 2019).

☐ Livro de Educação Alimentar e Nutricional: Articulação de Saberes (FNDE, 2018).

- () Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável (Ministério da saúde, 2010).
- () Manual de Apoio para as Atividades Técnicas do Nutricionista no Âmbito do PNAE (FNDE, 2018).
- () Manual Operacional para profissionais de saúde e educação: Promoção da Alimentação saudável nas escolas (Ministério da Saúde, 2008).
- () Material orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar (Ministério da Educação, 2014).
- () Marco de Referência de EAN (Ministério do Desenvolvimento Social, 2012).
- () Princípios e práticas para EAN (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).
- () Pirâmide alimentar (PHILIPPI, SÔNIA TUCUNDUVA).
- () Resolução ANVISA nº 216 /2004 (Boas práticas para Serviços de Alimentação).
- () Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação, 2020).
- () Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos (FNDE, 2020).
- () Livreto para gestores: A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável (Ministério da Saúde, 2018).
- () Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - Fundamental I (Ministério da Saúde, 2018).
- () Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - Fundamental II (Ministério da Saúde, 2019).

9. A atividade “Elaborar de fichas técnicas de preparações que compõe o cardápio” é realizada?

() Sim () Não.

9.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não são realizadas? Descreva os motivos:

_____ () NA

10. Com relação ao planejamento, orientação e supervisão para aquisição, armazenamento e uso de alimentos para o PNAE, responda de acordo com as atividades executadas, relacionadas abaixo:

Etapas da aquisição, armazenamento e uso de gêneros alimentícios	Sim	Não	10.1 Se Não, justifique por que a etapa não pode ser realizada

Seleção dos alimentos (características físico-químicas)			
Compra dos alimentos – Licitação (pesquisa prévia de preços)			
Armazenamento central dos alimentos			
Planejamento e distribuição dos alimentos armazenados para as escolas, conforme cardápio e per capita;			
Distribuição dos alimentos adquiridos pelo fornecedor diretamente na escola, conforme cardápio e per capita			
Supervisão do preparo da alimentação escolar			
Controle de estoque das Unidades escolares			

11. A atividade “Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade aos escolares” é realizada? () Sim () Não

11.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não é realizada? Descreva os motivos:

_____ () NA

11.2 Se a resposta à questão 11 foi SIM, em quais situações são aplicados os testes de aceitabilidade? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Em função da inserção de preparações novas no cardápio;

() Para avaliar a aceitabilidade dos cardápios oferecidos frequentemente;

() Em função de alterações inovadoras, em preparações preexistentes no cardápio;

() NA

12. Com relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar, responda:

Atividades	Sim	Não	Se Não, justifique por que a etapa não pode ser realizada

Levantamento dos agricultores e empreendedores familiares local			
Conhece os locais de produção e armazenamento			
Dá preferência pela aquisição de alimentos conforme a sazonalidade			
Realiza a especificação técnica, quantitativa, opções de substituições e periodicidade de entrega dos gêneros alimentícios para edital da chamada pública			
Realiza a pesquisa prévia de preços para a Chamada pública			
Participa ativamente do processo de compra – chamada pública			
Confere a qualidade dos alimentos adquiridos e entregues na escola			

13. Quais etapas do processo de compra dos gêneros alimentícios, o nutricionista RT e/ou QT participa? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

- ☐ Levantamento da demanda de gêneros;
- ☐ Elaboração da pauta de compras;
- ☐ Planejamento da entrega (logística);
- ☐ Supervisão do recebimento e armazenamento dos produtos;
- ☐ Diagnóstico da produção local (de produtos /quantitativo sazonalidade);
- ☐ Avaliação técnica das amostras;
- ☐ Avaliação dos fornecedores.
- ☐ Outra(s): _____
- ☐ NA

14. A atividade “Orientação e supervisão das atividades de higienização de ambiente, armazenamento de alimentos, equipamentos e utensílios”, é realizada? ☐ Sim ☐ Não

14.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não é realizada? Descreva os motivos:

_____ () NA

14.2 Se a resposta à questão 14 foi SIM, como é realizada a orientação e supervisão das atividades de higienização? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Capacitação de manipuladores de alimentos (elaborada pelo nutricionista);

() Curso / Capacitação fornecida por outro órgão aos manipuladores de alimentos;

() Orientação dos funcionários nas visitas nas cozinhas escolares;

() Aplicação de *check list* nas cozinhas escolares para supervisão das atividades.

() Outro: _____

() NA

15. A Atividade “Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para as cozinhas escolares” é realizada?

() Sim () Não

15.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não é realizada? Descreva os motivos:

() NA

16. A Atividade “Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PNAE” é realizada ? () Sim () Não.

16.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não é realizada? Descreva os motivos:

() NA

17. O seu município possui Conselho de Alimentação Escolar (CAE)? () Sim () Não.

17.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que o CAE não está constituído? Descreva: _____

() NA

17.2 Se a resposta à questão 17 foi SIM, você (ou outro nutricionista da equipe) assessora o CAE quanto à execução técnica do PNAE ?

() Sim () Não () NA

17.3 O CAE é atuante em seu município? () Sim () Não () NA

17.4 Se a resposta anterior (c) foi Não, qual o motivo? _____ () NA

17.5 Assinale as atividades que o CAE realiza em seu município. (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Analisar o Relatório de acompanhamento da gestão do PNAE antes de elaborar o Parecer Conclusivo;

() Analisar a prestação de contas e emitir o Parecer Conclusivo;

() Acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo;

() Comunicar ao FNDE, ao TCU e a outros órgãos de controle as irregularidades observadas;

() Dialogar com os atores envolvidos na alimentação escolar (diretores de escolas, nutricionistas, professores, merendeiras, alunos, pais de alunos) para conhecer a realidade, entender os problemas e buscar, em conjunto, as soluções.

() Elaborar o regimento interno;

() Fazer ATA das reuniões;

() Fazer relatório escrito ou ATA das visitas realizadas nas escolas e manter os documentos organizados;

() Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e o cumprimento do que está estabelecido nos documentos que definem a execução do PNAE;

() Preparar plano de ação com previsão das atividades a serem realizadas durante o ano, com estimativa de custos, e enviar o plano de ação para a Entidade Executora tomar conhecimento e providenciar o que for necessário;

() Realizar reunião específica para avaliar a prestação e contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros titulares;

() Visitar periodicamente as escolas para verificar se a alimentação está efetivamente acontecendo dentro dos padrões desejados, com o cardápio previsto.

() _____ Outras atividades:

() NA

18. Você realiza atividades complementares do nutricionista na Alimentação Escolar, prevista na Resolução CFN nº 465/2010? () Sim () Não.

18.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não são realizadas? Descreva os motivos:

_____ () NA

18.2 Se a resposta à questão 18 foi SIM, qual(is) das atividades abaixo são realizadas? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Coordenar, supervisionar e executar ações de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar;

() Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos;

() Participar da avaliação técnica no processo de aquisição de utensílios e equipamentos, produtos de limpeza e desinfecção, bem como na contratação de prestadores de serviços que interfiram diretamente na execução do PNAE;

() Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal que atue diretamente na execução do PNAE;

() Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implantar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de alimentação escolar;

() Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição;

() Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, supervisionando estagiários e participando de programas de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação;

() Comunicar os responsáveis legais e, caso necessário, a autoridade competente, quando da existência de condições do PNAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade;

() Capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora relativas ao PNAE.

CAE: Conselho de Alimentação Escolar; EEx: Entidade Executora; NA: Não se Aplica; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; QT: Quadro Técnico; RT: Responsável Técnico.

Questionário para os profissionais contratados a partir de 2020 para atuação no PNAE

I. QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA RT E QT NO PNAE - APÓS O ANO DE 2020

A. IDENTIFICAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Data da Coleta de Dados: ____/____/____

Nome completo do nutricionista: (_____).

Sexo: () M () F. Data de nascimento: ____/____/____

Função junto ao PNAE: () Responsável Técnico () Quadro Técnico.

Tempo de atuação no PNAE na EEx: (_____) (em meses).

Tempo de formada em Nutrição: (_____) (em meses).

Modalidade de ensino e tipo de Instituição onde concluiu a graduação em Nutrição: () Presencial-Pública
() Presencial-Privada () EAD-Privada

Houve alteração do quadro de nutricionista durante a Pandemia ? () Sim, houve aumento do quadro técnico;
() Sim, houve redução do quadro técnico; () Não.

Você atua no PNAE desde: () Antes do início da Pandemia (2019); () Depois do início da Pandemia (2020).

B. INDICADORES RELACIONADOS À CARACTERÍSTICA DA GESTÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO (Após o ano de 2020):

Nome do município Estado (_____).

1.1. Nome do município (_____).

1.2. Modalidade de Ensino atendido (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Educação infantil () Ensino fundamental () Ensino médio () Educação de jovens e adultos
() Escola indígena ou quilombola

Tipo de gestão do PNAE no município:

() Centralizada () Descentralizada () Terceirizada () Mista

Qual o valor (em reais) da contrapartida financeira para o Programa de Alimentação Escolar realizada pela Prefeitura em 2020? _____. (Contrapartida financeira com o Recurso Próprio da Prefeitura).

O nutricionista responsável técnico (RT) do PNAE, está cadastrado no FNDE como RT?

() Sim () Não

4.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não há cadastro? Descreva os motivos:
_____ () NA

O município conta com nutricionistas como Quadro Técnico (QT) no PNAE? () Sim () Não

5.1 Se a resposta for SIM, qual o número de nutricionistas QT? _____ (registrar em número)

5.2 Se a resposta for NÃO, qual a justificativa? Assinale abaixo:

() Não há necessidade de QT pelo número de escolares

() Há necessidade de QT, porém não há recursos financeiros

() Outra justificativa (descrever): _____

() NA

O nutricionista RT atua em outras Secretarias do município, além da Secretaria de Educação? (

) Sim () Não

O/A(s) nutricionista(s) QT (quando houver) atua(m) em outra Secretaria do município?

() Sim () Não () NA

Você atua como nutricionista no PNAE de outro município? () Sim () Não.

Qual o vínculo do nutricionista RT do PNAE com a EEx? Exemplo de EEx: Prefeitura Municipal.

() Concursado () Contratado () Cargo de confiança () RT da empresa contratada () Outra resposta, especificar _____.

10. Qual o vínculo do/a(s) nutricionista(s) QT no PNAE (quando houver) com a EEx ? (Pode assinalar mais de uma alternativa, caso haja mais de um profissional com diferentes modalidades de contrato).

() Concursado () Contratado () Cargo de confiança () RT da Empresa contratada

() Outra resposta: _____ () NA.

10.1 Qual a carga horária semanal do RT no PNAE? Se a resposta for (outros), especificar em número (h/semana).

() <20 horas () 20 horas () 30 horas () 40 horas () Outra: ____h/semana

10.2 Qual a carga horária semanal de nutricionistas QT (quando houver) no PNAE? (Pode assinalar mais de uma alternativa, caso haja mais de um profissional com diferentes modalidades de contrato)

() <20 horas () 20 horas () 30 horas () 40 horas () Outra: ____h/semana () NA

11. De acordo com a Lei 11.947/2009 e a Resolução FNDE Nº 06/2020, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, para o PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de

gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. O seu município conseguiu atingir esse percentual?

() sim () não

11.1 Qual o valor (em reais) utilizado para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no ano de 2020 (considerando o contexto da pandemia)? _____

12. Com relação à sua formação profissional, como você classifica a frequência do **conteúdo teórico** abordados pelos docentes em disciplinas diversas, referentes aos temas abaixo relacionados, considerando a escala de um a cinco, sendo: 1 (um) = nunca abordado; 2= raramente abordado; 3 = Ocasionalmente (apresentado e não aprofundado o conteúdo); 4 = Frequentemente abordado; 5 = Muito frequentemente abordado.

Conteúdo teórico	1	2	3	4	5
Alimentação do Escolar					
Avaliação nutricional do escolar					
Planejamento de cardápios para escolares					
Elaboração de ficha técnica de preparações culinárias					
Higiene e boas práticas de preparo da alimentação coletiva					
Gestão de programas de alimentação e nutrição					
Políticas públicas em Alimentação e Nutrição					
Legislação em Alimentação Escolar					
Educação Alimentar e Nutricional para escolares					
Agricultura familiar					
Processos de compras – licitação					
Processos de compras – chamada pública					

13. Ainda com relação à sua formação profissional para atuação junto ao PNAE, avalie as **experiências práticas** ofertadas na graduação em Nutrição, por meio das estratégias de ensino abaixo relacionadas. Responda, considerando a escala de um a cinco, sendo: 1 (um) = nunca abordado; 2= raramente abordado;

3 = Ocasionalmente (apresentado e não aprofundado o conteúdo); 4 = Frequentemente abordado; 5 = Muito frequentemente abordado.

Estratégias de ensino	1	2	3	4	5
Disciplinas teórico-prática diversas					
Projetos de Extensão					
Projetos de Pesquisa					
Estágios Curriculares					

14. Além da graduação em Nutrição, como aprimorou os conhecimentos para a sua atuação junto ao PNAE? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Estágios extracurriculares () Prática profissional () Cursos de formação em Gestão do Programa de Alimentação escolar () Pós graduação *lato sensu* () Pós graduação *strictu sensu* ()
Outros: _____

(Parte 1)

EEx: Entidade Executora; NA: Não se Aplica; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; QT: Quadro Técnico; RT: Responsável Técnico.

**II. QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA RT E QT NO
PNAE - APÓS O ANO DE 2020**

C. Indicadores relacionados às atribuições obrigatórias dos Nutricionistas, conforme a Resolução CFN Nº 465/2010 para os municípios brasileiros.

Seu município tem ofertado alimentos aos alunos matriculados na rede pública de ensino? (Pode assinalar mais de uma opção).

() Sim, refeição na própria unidade escolar

() Sim, entrega de refeições prontas

() Sim, entrega de kits de alimentos

() Não

() Outros: _____

Com relação aos cardápios de alimentação escolar / Kits de Alimentos / Refeições prontas, assinale se as diferentes etapas são ou não cumpridas (acompanhadas pelo núcleo de Nutrição):

Etapas:	Sim	Não	Não se aplica
Planejamento			
Elaboração			
Acompanhamento			
Avaliação			

2.1 Se Não, justifique por que a etapa não pode ser realizada nesse período de Pandemia.

3. Se o seu município está realizando a oferta de refeições na Instituição ou entrega de refeições prontas ou Kits de alimentos, quais os critérios tem utilizado para esse planejamento:

Critérios:	Sim	Não	Não se aplica
Referências nutricionais de acordo com a faixa etária			

Hábitos alimentares e cultura alimentar de cada localidade			
Utilização de produtos da Agricultura Familiar			
Período de permanência da escola			
Oferta de alimentos não perecíveis			
Oferta de alimentos perecíveis			

4. É realizado o cálculo da composição química dos alimentos que compõem o cardápio planejado para a oferta de refeições na Instituição ou entrega de refeições prontas ou de cálculo de Kits de alimentos, de acordo com os per capita para cada fase de vida (ou faixa etária)? () SIM () NÃO

5. As atividades de Educação alimentar e nutricional são realizadas com a comunidade escolar (exemplos: alunos, pais e funcionários da escola) de forma remota ou presencial ?

() SIM () NÃO

5.1 Com qual(uais) integrante(s) da comunidade escolar as ações de EAN são realizadas, de forma remota ou presencial? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

() Escolares

() Merendeiras

() Professores

() Coordenador(es)

() Diretor

() Pais/responsáveis pelos escolares

() Outros:_____

5.2 Quais são as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar de forma remota ou presencial ? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

() Palestras

() Rodas de conversa

() Jogos educativos

() Cursos de formação

- () Vídeos
- () Materiais impressos
- () Outros: _____

6. Com relação ao planejamento, orientação e supervisão para aquisição, armazenamento e uso de alimentos para o PNAE, responda de acordo com as atividades executadas, relacionadas abaixo:

Etapas da aquisição, armazenamento e uso de gêneros alimentícios	Sim	Não
Seleção dos alimentos (características físico-químicas)		
Compra dos alimentos – Licitação (pesquisa prévia de preços)		
Armazenamento central dos alimentos		
Planejamento e distribuição dos alimentos armazenados para as escolas, conforme cardápio e per capita;		
Distribuição dos alimentos adquiridos pelo fornecedor diretamente na escola, conforme cardápio e per capita		
Supervisão do preparo da alimentação escolar		
Controle de estoque das Unidades escolares		

6.1 Se não, justifique por que a etapa não pode ser realizada:

7. Com relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar, responda:

Atividades	Sim	Não
Levantamento dos agricultores e empreendedores familiares local		
Conhece os locais de produção e armazenamento		
Dá preferência pela aquisição de alimentos conforme a sazonalidade		
Realiza a especificação técnica, quantitativa, opções de substituições e periodicidade de entrega dos gêneros alimentícios para edital da chamada pública		
Realiza a pesquisa prévia de preços para a Chamada pública		
Participa ativamente do processo de compra – chamada pública		

Confere a qualidade dos alimentos adquiridos e entregues na escola		
--	--	--

7.1 Se não, justifique por que a etapa não pode ser realizada:

8. Quais etapas do processo de compra dos gêneros alimentícios, o nutricionista RT e/ou QT participa? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

- () Levantamento da demanda de gêneros;
- () Elaboração da pauta de compras;
- () Planejamento da entrega (logística);
- () Supervisão do recebimento e armazenamento dos produtos;
- () Diagnóstico da produção local (de produtos /quantitativo sazonalidade);
- () Avaliação técnica das amostras;
- () Avaliação dos fornecedores.
- () Outra(s):_____

9. A atividade “Orientação e supervisão das atividades de higienização de ambiente, armazenamento de alimentos, equipamentos e utensílios”, é realizada? () Sim () Não

9.1 Como é realizada a orientação e supervisão das atividades de higienização? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- () Capacitação de manipuladores de alimentos (elaborada pelo nutricionista)
- () Curso / Capacitação fornecida por outro órgão aos manipuladores de alimentos
- () Orientação dos funcionários nas visitas nas cozinhas escolares
- () Aplicação de check list nas cozinhas escolares para supervisão das atividades
- () Outros:_____

10. A Atividade “Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para as cozinhas escolares” é realizada?

- () Sim () Não

11. A Atividade “Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PNAE” é realizada ? (☐) Sim (☐) Não

12. O seu município possui Conselho de Alimentação Escolar (CAE)? (☐) Sim (☐) Não

12.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que o CAE não está constituído?
Descreva: _____

12.2 Se a resposta à questão 12 foi SIM, você (ou outro nutricionista da equipe) assessora o CAE quanto à execução técnica do PNAE?

(☐) Sim (☐) Não (☐) NA

12.3 O CAE é atuante em seu município? (☐) Sim (☐) Não

12.4 Se a resposta anterior (c) foi Não, qual o motivo? _____ (☐) NA

12.5 Assinale as atividades que o CAE realiza em seu município. (Pode assinalar mais de uma alternativa).

(☐) Analisar o Relatório de acompanhamento da gestão do PNAE antes de elaborar o Parecer Conclusivo;

(☐) Analisar a prestação de contas e emitir o Parecer Conclusivo;

(☐) Acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo;

(☐) Comunicar ao FNDE, ao TCU e a outros órgãos de controle as irregularidades observadas;

(☐) Dialogar com os atores envolvidos na alimentação escolar (diretores de escolas, nutricionistas, professores, merendeiras, alunos, pais de alunos) para conhecer a realidade, entender os problemas e buscar, em conjunto, as soluções.

(☐) Elaborar o regimento interno;

(☐) Fazer ATA das reuniões;

(☐) Fazer relatório escrito ou ATA das visitas realizadas nas escolas e manter os documentos organizados;

(☐) Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e o cumprimento do que está estabelecido nos documentos que definem a execução do PNAE;

(☐) Preparar plano de ação com previsão das atividades a serem realizadas durante o ano, com estimativa de custos, e enviar o plano de ação para a Entidade Executora tomar conhecimento e providenciar o que for necessário;

() Realizar reunião específica para avaliar a prestação e contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros titulares;

() Visitar periodicamente as escolas para verificar se a alimentação está efetivamente acontecendo dentro dos padrões desejados, com o cardápio previsto.

() Outras atividades: _____

13. Você realiza atividades complementares do nutricionista na Alimentação Escolar, prevista na Resolução CFN nº 465/2010? () Sim () Não

13.1 Se a resposta anterior foi NÃO, por que não são realizadas? Descreva os motivos:

13.2 Se a resposta à questão 13 foi SIM, qual(is) das atividades abaixo são realizadas? (Pode assinalar mais de uma alternativa).

() Coordenar, supervisionar e executar ações de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar;

() Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos;

() Participar da avaliação técnica no processo de aquisição de utensílios e equipamentos, produtos de limpeza e desinfecção, bem como na contratação de prestadores de serviços que interfiram diretamente na execução do PNAE;

() Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal que atue diretamente na execução do PNAE;

() Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implantar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de alimentação escolar;

() Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição;

() Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, supervisionando estagiários e participando de programas de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação;

() Comunicar os responsáveis legais e, caso necessário, a autoridade competente, quando da existência de condições do PNAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade;

() Capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora relativas ao PNAE.

CAE: Conselho de Alimentação Escolar; EEx: Entidade Executora; NA: Não se Aplica; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; QT: Quadro Técnico; RT: Responsável Técnico.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).